

# CONSTRUÇÃO & MATERIAIS

Boletim Informativo **111**  
outubro 2014

**Redução da Taxa Contributiva  
a cargo da entidade empregadora .3**

**Governo aprova alterações  
ao arrendamento urbano .4**

## Notícias

- **Nacional:** Investimento captado através do programa  
«Vistos Gold» atinge cerca de mil milhões de euros .2

- Certificação de software de faturação interno novamente prorrogado .3

- Coeficiente de atualização de rendas para 2015 é negativo .4

- Atualização do salário mínimo vigente  
na Região Autónoma dos Açores para o ano de 2015 .8

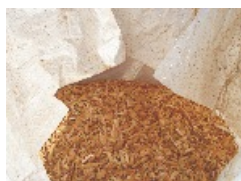
## Espaço do Associado

- Filipe & Filipe, Lda. .6

**tecnovia  
ambiente**



Estrada Regional 3-1º, n.º 57  
9600-102 Ribeira Grande  
tel.: 296 490 060 - fax.: 296 490 079  
e-mail: ambiente@tecnovia.pt



**MENOS RESÍDUOS...**

**MAIS AMBIENTE**

**P**ara que atinjamos o mais rapidamente possível a tão desejada retoma para o nosso setor, consumada que está a entrada no último trimestre do ano, é fundamental que o novo Quadro Comunitário de Apoio receba novos projetos e que os inicie no mais curto espaço de tempo possível.

As políticas de crescimento e de combate ao desemprego não podem esperar mais, sendo necessário que as mesmas encarem e contemplem o setor da construção civil. Bem sei que faltam os recursos, mas acelere-se o processo de negociação e inicie-se um novo ciclo de investimento. Reafirmamos que o caminho da competitividade deve de continuar a sua afirmação, mas o caminho é longo e urge manter um clima de passagem equilibrado.

Aguardamos a qualquer momento sermos recebidos pela tutela para que, em conjunto, encontremos um caminho ou alternativas, numa reunião de trabalho que encaramos como capital para o futuro do setor. A AICOPA, tal como sempre, estará focada em soluções viáveis e conscientes da realidade em que vivemos. Reafirmo que se nada se fizer, estaremos perante uma nova vaga de encerramento de empresas e consequências respetivas.

Creemos que, muito brevemente, as verbas do Quadro Comunitário de Apoio para o período 2014-2020, sejam materializadas em investimento, ultrapassado que está, pelo menos assim o entendemos, o “natural” período de transição entre o anterior e o atual QCA. Esperemos que as negociações estejam na sua fase final, para que estas verbas sejam disponibilizadas o mais rapidamente possível. ■

## Notícias

### Nacional: - Investimento captado através do programa «Vistos Gold» atinge cerca de mil milhões de euros

A CPCI – Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário, realça os últimos números oficiais do programa de “Vistos Gold”, relativos ao mês de setembro, que apontam para um total de 950 milhões de euros captados por este programa, sendo que 91%, ou seja, 864 milhões de euros, dizem respeito à aquisição de património imobiliário.

No terceiro trimestre do ano, o total investido em imobiliário nacional, por via deste regime de incentivos, ascende a 200 milhões de euros, o que permite reafirmar a expectativa de atingir, até ao final do próximo ano, os dois mil milhões de euros em novos investimentos captados. Por nacionalidades, a China representa 80% das Autorizações de Residência concedidas.

A Confederação volta a destacar a necessidade de alargar a todo o território nacional os efeitos positivos dos programas de “Vistos Gold” e do Regime de Tributação de Residentes Não Habituais, através de uma maior promoção territorial e da articulação entre entidades públicas no sentido de valorizar a oferta de regiões com elevado potencial, em especial no interior do País, tirando partido de uma excelente rede de infraestruturas, das condições naturais de excelência e de uma riqueza social, cultural e patrimonial única no Mundo.

Considerando que o Governo deve ser capaz de medir os efeitos positivos desta iniciativa e tirar as devidas ilações, designadamente em matéria de políticas públicas de promoção do investimento, a CPCI diz que é tempo de reconhecer as potencialidades do território nacional e, sobretudo, de inverter um profundo défice que, no caso do investimento em construção, o qual representa 52% do investimento nacional, se traduz numa quebra, nos últimos 5 anos, de 44%.

A Confederação considera ainda fundamental que o Orçamento do Estado para 2015 assuma o investimento dos fundos europeus disponíveis como uma prioridade, com uma aposta forte no investimento público e com medidas impulsionadoras do investimento privado que, tal como demonstrado pelo programa de “Vistos Gold”, são iniciativas com um impacto efetivo e que contribuem para a dinamização da atividade económica. ■



Fonte: CPCI

### Ficha Técnica

PROPRIEDADE: Associação dos Industriais de Construção Civil e Obras Públicas dos Açores . SEDE: Rua Eng.º José Cordeiro, n.º 38 - 1.º - 9500-296 Ponta Delgada  
 TELEFONE: 296 284 733 . E-mail: aicopa@aicopa.pt . Internet: www.aicopa.pt  
 DIREÇÃO: Pedro Marques . COORDENAÇÃO/PAGINAÇÃO: José Ventura (\* com textos de apoio)  
 IMAGENS (por ordem): «www.taylorgriffin.org» (capa), Svilen Milev (págs. 2 e 5), Graham Briggs (pág. 4), Arquivo AICOPA (pág. 6 e 8 - n.º2) e Nichole Warman (Pág. 8 - n.º 1) / sxchu  
 IMPRESSÃO: COINGRA Companhia Gráfica dos Açores, Lda. . PERIODICIDADE: Mensal . TIRAGEM: 300 exemplares . DISTRIBUIÇÃO: Gratuita

## Redução da Taxa Contributiva a cargo da entidade empregadora

Foi publicado o Decreto-Lei nº 154/2014 de 20 de outubro, que aprova uma medida excecional de apoio ao emprego, que se traduz na redução de 0,75% da taxa contributiva a cargo da entidade empregadora relativa às contribuições referentes às remunerações devidas nos meses de novembro de 2014 a janeiro de 2016.

A medida aplica-se às entidades empregadoras de direito privado, contribuintes do regime geral de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem, relativamente a cada trabalhador ao seu serviço. O direito à redução da taxa contributiva fica dependente da verificação cumulativa das seguintes condições: O trabalhador estar vinculado à entidade empregadora beneficiária por contrato de trabalho sem interrupção pelo menos desde maio de 2014; o trabalhador ter auferido, pelo menos num dos meses compreendidos entre janeiro e agosto de 2014, remuneração igual ao valor da retribuição mínima mensal garantida, e; a entidade empregadora ter a sua situação contributiva regularizada perante a segurança social. ■

## Certificação de software de faturação interno novamente prorrogado

A Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais estendeu, mais uma vez, o prazo previsto para a certificação dos programas informáticos de faturação eletrónica que utilizem software produzido internamente pelas empresas.

De acordo com o Despacho n.º345/2014/XIX, de 30 de setembro, a revogação (operada pelo artigo 1.º da Portaria nº 340/2013) do preceito legal que permite a utilização desses programas sem certificação prévia pela Direção Geral dos Impostos (alínea a) do n.º 2 do artigo 2.º da Portaria n.º 363/2010) é diferida para o dia 31 de dezembro de 2014.

Na base da decisão da Secretaria de Estado continuam a estar aspetos como "o elevado número pendente de pedidos de certificação de programas de faturação produzidos internamente pelas empresas", a "elevada especificidade desses programas de faturação e a conseqüente necessidade de tempo de desenvolvimento, implementação e testes a efetuar", que "recomendam a extensão do prazo previsto para certificação daqueles programa". ■

Fonte: AECOPS

**Campanhas Mensais      Orçamentos Grátis      Qualidade Garantida**

**Representante para as ilhas de São Miguel e Santa Maria  
Sociedade de Representações Avlis, Lda.  
296 282 809**

**Revendedores em todos os concelhos das ilhas**

## Governo aprova alterações ao arrendamento urbano



O Conselho de Ministros do passado dia 11 de setembro aprovou na generalidade uma proposta de lei, a submeter à Assembleia da República, que procede à revisão do regime jurídico do arrendamento urbano (NRAU).

A proposta destina-se a ajustar alguns aspetos da reforma do arrendamento urbano, nomeadamente no tocante à transição dos contratos mais antigos para o novo regime, em resultado da monitorização da aplicação da Lei realizada pela Comissão de Monitorização da Reforma do Arrendamento Urbano. Segundo o Governo, trata-se de meros ajustamentos, pois não existem razões para alterar as linhas fundamentais do regime legal em vigor.

São alterações que se refletem nos procedimentos previstos, mas que não deixam de ter consequências na situação jurídica das partes envolvidas, nomeadamente:

- quanto à informação exigível na comunicação realizada pelo senhorio para atualização de renda, no sentido de esclarecer o inquilino das consequências da ausência ou da extemporaneidade da sua resposta;
- quanto à limitação da comprovação anual dos rendimentos por parte dos arrendatários às situações em que tal seja solicitado pelo senhorio e em articulação com a liquidação anual dos impostos sobre o rendimento;
- quanto à exigência de prova do pagamento do imposto do selo relativo ao contrato de arrendamento, no procedimento especial de despejo;
- quanto à possibilidade de o arrendatário reclamar da avaliação fiscal do locado.

A proposta promove ainda um ajustamento na proteção dos arrendatários, quer aumentando no arrendamento habitacional a proteção das pessoas com deficiência, quer atendendo às especificidades do arrendamento não habitacional, face à maior dificuldade de deslocalização das atividades económicas e à necessidade de maior estabilidade para garantia do retorno do investimento, quer, por último, alterando o regime da denúncia do contrato de arrendamento para demolição ou realização de obra de remodelação ou restauro profundos. Relativamente aos contratos anteriores a 1995, a proposta amplia o âmbito do regime de proteção estabelecido, permitindo que o mesmo seja invocado por microempresas (e não apenas por microentidades), assim como por entidades, ainda que lucrativas, de interesse público.

A proposta revê ainda o regime das obras em prédios arrendados, nomeadamente o conceito de obras de remodelação ou restauro profundos, o qual passa a depender da natureza da obra, excluindo-se deste âmbito as obras isentas de controlo prévio, nomeadamente as de conservação, que são uma obrigação legal que impende sobre o senhorio e que deixam de justificar, assim, a denúncia do contrato de arrendamento. ■

**Fonte:** APCMC

## Coeficiente de atualização de rendas para 2015 é negativo

Foi publicado em Diário da República o Aviso n.º 11680/2014, de 21 de outubro, 2ª série, o qual fixa em 0,9969 o coeficiente de atualização dos diversos tipos de arrendamento urbano e rural, o que traduz uma redução de 0,31%.

Mais se informa que, salvo disposição em contrário no contrato de arrendamento, a atualização mediante o recurso a este coeficiente é uma opção do senhorio.

Recorde-se que, ao longo de 2014, o referido coeficiente foi de 1,0099, refletindo um aumento de 0,99%, face ao ano anterior. ■



A MARQUES BRITAS labora em diferentes áreas de actividade, ligadas entre si, numa linha de complementaridade e a montante da construção civil, a saber:

- > Produção e Distribuição de Betão Pronto;
- > Produção de Agregados;
- > Fabrico de Misturas Betuminosas;
- > Produção e Montagem de Carpintarias;
- > Produção e Montagem de Serralharias;
- > Produção e Montagem de Caixilharia de Alumínio;
- > Produção de Rochas Ornamentais;
- > Movimentação de Terras;
- > Aluguer de Equipamento;
- > Serviços de Manutenção.

**Peça-nos Orçamento sem qualquer compromisso!**

Tel.: 296205800 Fax: 296636311 E-mail: comercialmb@grupomarques.org

# O EURO 6 ESTÁ A CHEGAR AOS AÇORES - A EFICIÊNCIA CONTINUA



**Os novos veículos MAN TG  
Consequentemente Eficiente**

**MAN S. MIGUEL - Distribuidor Açores**

Telf.: 296 307 170  
Fax: 296 307 179



## Atualização do valor da habitação social

Com a publicação da Portaria n.º156/2014, de 12 de agosto, foi atualizado o preço máximo da habitação por metro quadrado, para efeitos de cálculo do valor atualizado dos fogos de habitação social.

Para cada uma das três Zonas do País (I, II e III), os valores foram agora fixados em 679,35, 602,92 e 557,91 euros, respetivamente, traduzindo-se num aumento de 3% face aos estabelecidos no ano de 2013.

Recorde-se que os municípios das Regiões Autónomas encontram-se inseridos na "Zona I".

O diploma em apreço indica ainda a fórmula pela qual é calculado o preço de venda dos terrenos destinados a programas de habitação de custos controlados, bem como o preço de aquisição de terrenos às autarquias locais em que se encontrem implantados empreendimentos do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS) e do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU).

Saliente-se que o diploma define também as condições em quem podem ser alienados, em propriedade plena, os terrenos afetos a programas de habitação de custos controlados. ■



## Associado: Filipe & Filipe, Lda.

Neste nosso espaço dedicado ao Associado, coube ao empresário Marco Filipe partilhar connosco alguns detalhes da atividade da Filipe & Filipe, Lda., empresa constituída em 2005, e associada da AICOPA desde finais de 2009.

**Construção & Materiais (CM) – Sendo uma empresa relativamente jovem, como caracterizaria a evolução da Filipe & Filipe, Lda. e que balanço faz do percurso da mesma ao longo destes nove anos de existência?**

**Marco Filipe (MF)** - Antes de mais uma pequena correção. A empresa foi constituída em 1991, enveredando por essa área em 1994, especializando-se na venda e instalação de estruturas metálicas e edifícios pré-fabricados em chapa, estando a fazer precisamente 20 que nos encontramos no setor e nesta área de negócio. A evolução da nossa empresa foi alinhada com a evolução do mercado. Inicialmente crescemos a par do «boom» do setor, instalando armazéns e estruturas metálicas e coberturas, em várias ilhas dos Açores e para os mais diversos clientes, empresas e particulares. Hoje são mais de 400 unidades, armazéns de empresas, pavilhões desportivos, picadeiros, algumas salas de escolas, e toda uma série de obras.

Até 2007 o crescimento do negócio foi uma realidade. A partir dessa data em que se começaram a sentir os primeiros sinais da “crise” que prefiro denominar de retração económica, a atividade da nossa empresa também abrandou, e no último par de anos com alguma intensidade, o que nos obriga a reinventar alguns aspetos da gestão e dos processos do negócio, para mantermos a empresa a funcionar.

Hoje, os tempos são difíceis. Contrariamente ao vivido no passado em que era possível esperar índices de crescimento, planificar a expansão da atividade, fixar novos objetivos ou procurar novos desafios, o presente caracteriza-se pela prioridade ser a sobrevivência da empresa num contexto de recessão do mercado, onde o processo de ajustamento se torna letal para algumas unidades, e muito penoso para as outras que conseguem subsistir, numa envolvente com quebra da procura num mercado pouco elástico e de pequena dimensão.

Apesar de tudo, temos de considerar que o percurso até aqui foi, e apesar de tudo ainda é, satisfatório. Nesta altura, não pelos cash flows gerados, mas antes, por gostarmos do que fazemos, por querermos lutar para perpetuar esse gosto, e a possibilidade de o continuarmos a fazer, na esperança de que face às nossas especificidades e características particulares do nosso ramo, possamos, pela nossa pequena dimensão e flexibilidade organizacional, continuar a ocupar a nossa posição no mercado, na expectativa de que o futuro ainda reserve uma nova dinâmica ao mercado regional.

É certo que nada será como dantes. Tudo foi redimensionado, e no âmbito deste processo, foi dada prioridade à racionalização de custos na empresa e maior rigor na gestão financeira.

**C&M - Quais entende ser os principais desafios que se deparam à sua empresa num futuro mais imediato?**

**MF** - A época que atravessamos é uma incógnita. O mercado retraído, a atividade económica estagnada, e a falta de procura uma realidade, suscitam-nos muitos desafios, a começar na volatilidade e imprevisibilidade no mercado, que nos obrigam a um acompanhamento diário da situação económica e financeira da empresa, no intuito de melhor prevermos o futuro próximo, uma vez que planeamento a prazo é uma tarefa difícil de concretizar, mas sobretudo assegurar a estabilidade possível no presente, numa envolvente instável e num ambiente de mercado que necessita de novas dinâmicas para que os negócios possam surgir.

A grande questão que se nos coloca é a de dimensionar a todo o momento a estrutura da empresa à sua carteira de negócio de um dado momento. Ora, assegurar isso num mercado de procura reduzida, implica correr atrás das ínfimas oportunidades, tentando segurá-las e concretizar o fecho de negócios para realizar obras. Ao fim ao cabo, captar fluxos que permitam ter a máquina em funcionamento. Neste contexto, a gestão de custos e os encargos financeiros são componentes que temos de prestar aturada atenção, pois, na outra face da moeda, temos o preço a fornecer ao cliente para ganhar uma obra e gerar faturação. Na prática, hoje temos de fazer mais por menos, ganhando menos, mas tendo de ganhar o mínimo para manter a estrutura empresarial a funcionar. Em nosso entender, este é o nosso principal desafio. Não nos podemos esquecer que uma empresa enquanto agente económico, para além do lucro de da maximização dos resultados, opera nos mercados revestida do seu papel social traduzido na criação e sustentação de emprego e, portanto, a nossa empresa não descarta esse papel, sendo este também um desafio importante o de tentar perpetuar os postos de trabalho que criamos, e mantemos, a fim de dar o nosso contributo para o desenvolvimento económico dos Açores, mesmo numa época de reconhecidas dificuldades de economia regional, mas é de facto o cenário em que nos movemos. Se conseguiremos ultrapassar estes desafios o tempo o dirá, mas gostaríamos de um dia poder olhar para trás, e verificar que apesar do esforço, e das tormentas, estaríamos em posição mais satisfatória do a que hoje efetivamente estamos.



**(Continuação)**

Hoje mais do que vender e construir, o fator essencial para concretizar os desafios a que nos referimos anteriormente é receber. De nada serve às empresas faturar, se não receberem o valor das suas vendas. E afirmo que receber abaixo de 90% do faturado torna a missão de qualquer empresa uma tarefa espinhosa, colocando a concretização de desafios propostos uma tarefa quase intransponível.

Em economia e nos mercados perfeição e ideais não existem, mas se todos os agentes económicos cumprissem a sua parte em matéria de pagamentos e fossem rigorosos no cumprimento das suas obrigações, como o são no exercício dos seus direitos, estou convicto que todos concretizariam os seus desafios de forma mais ágil e satisfatória.

**C&M - Considerando o atual cenário conjuntural, como perspetiva, em traços gerais, o futuro da construção civil, e que medidas considera passíveis de desenvolver com vista a estimular o setor na Região Autónoma dos Açores?**

**MF** - O setor sofreu uma revolução. Passou-se do tudo para o quase nada, num mercado e numa economia que se tinha expandido por um ciclo muito forte de obras públicas que alavancou o setor, os seus ramos e sub-ramos, e que como tal foi complementado com o forte contributo da habitação promovida por privados, sem esquecer o promovido pelas entidades governamentais e autárquicas. Esse ciclo terminou, houve que reduzir estruturas, investimentos e alienar equipamentos. O mercado contraiu-se e as obras são necessariamente, infelizmente, menos. Os crescimentos do passado jamais se repetirão. A região está hoje dotada das principais infraestruturas viárias, portuárias e aeroportuárias. O grande desafio do setor é adaptar-se ao redimensionamento que sofreu de forma abrupta, não planeada e sem pré-aviso. Isso deixou sequelas de marcas difíceis de apagar e vamos viver, de certo modo, na esperança que se voltem a viver dias gloriosos no sector da construção civil. Julgo que não. As obras de reconversão e manutenção substituirão as grandes obras com a consequente redução de margens entre as obras novas e as de conservação que não tem o mesmo impacto no ciclo económico da empresa e também menor expressão financeira na carteira de negócios das empresas.

O Governo e as autarquias continuarão a ter um papel marcadamente de mola propulsora do setor, com o efeito multiplicador na economia que as obras que lançarem geralmente introduzem. Neste sentido, torna-se de extrema importância para o setor que essas obras sendo maioritariamente de manutenção e conservação, mas mesmo obras novas, sejam feitas de forma planeada e faseada de modo a poderem estar acessíveis às empresa regionais, a bem da sobrevivência e desenvolvimento do setor e da competitividade das empresas açorianas. A subdivisão das obras a lançar em função da natureza de determinados trabalhos específicos de cada obra pode ser uma boa medida de dar trabalho a várias entidades numa obra, refiro por exemplo: pinturas, pavimentos, toscos, coberturas, entre outros. Obviamente que se compreende que nem todas possam ou devem sê-lo nesse formato, mas as que puderem, se o forem poderão garantir negócio e trabalho às empresas regionais. Considero que o pagamento atempado pode também ser um fator estimulante para o setor uma vez que contribuirá para reduzir os encargos financeiros das empresas conferindo-lhes outra competitividade.

Não gostaria de terminar sem referir que esperamos que a carta de obras públicas realizada pelo Governo Regional venha cumprir o papel de estimulante do setor enquanto instrumento de planificação e orientação das obras públicas a lançar neste mandato. Assegurados estes fatores que considero basilares, estou certo que o setor reagirá e que a todo o momento lhe serão colocados novos desafios que exigirão outras medidas de estímulo, com vista a passar a um patamar posterior, mas que quem opera nesta área, sabe que cá estaremos para abraçá-los e procuraremos seguir em frente em prol do desenvolvimento das nossas empresas e dos Açores. ■

**Ficha do Associado**

**Denominação:** Filipe & Filipe, Lda.  
**Data de Constituição:** 19-03-1991  
**Natureza Jurídica:** Soc. por quotas  
**Atividade:** Construção Civil,  
 Construção de edifícios pré-bricados e estruturas metálicas  
**Alvará nº 60211 (InCI, I.P.) Classe máxima detida: 1**  
**Nº atual de trabalhadores: 3**  
**Associado da AICOPA desde:** Dezembro de 2009  
**Contatos:** Rua Caminho do Pico do Funcho - Arm. 12  
 9500-435 Fajã de Baixo - Ponta Delgada  
**Telf:** 296 384 228 **Fax:** 296 384 142  
**e-mail:** filipe-filipe@iol.pt **Internet:** www.frisomat.pt



**Campanha «Novo Sócio»**  
**Isenção de Jóia**

**(Até 31 de dezembro 2014)** ■

**Contacte os nossos serviços:**  
**Telefone: 296 284 733 \* e-mail: aicopa@aicopa.pt**

# Notícias

## Atualização do salário mínimo vigente na Região Autónoma dos Açores para o ano de 2015

Foi publicado em Diário da República, I Série, n.º 188, o Decreto-Lei n.º 144/2014, de 30 de setembro, que atualiza a retribuição mínima mensal nacional, fixando o valor em 505,00 euros.

Lembramos, no entanto, que ao abrigo do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, este valor é majorado em 5% na Região Autónoma dos Açores, aumentando para 530,25 euros a retribuição mínima mensal regional.

Os valores estabelecidos no diploma em apreço vigorarão no período compreendido entre 1 de outubro de 2014 e 31 de dezembro de 2015.

Ressalva-se que esta atualização terá ainda impacto positivo no cálculo do valor mensal da sobretaxa de IRS, uma vez que este é calculado com base no valor do salário mínimo nacional. ■



**Visite-nos na Internet em [www.aicopa.pt](http://www.aicopa.pt)**

## AICOPA disponibiliza espaço para reuniões a empresas associadas



Recordámo-lo que, em virtude de um número significativo de empresas associadas estarem sedeadas fora do concelho de Ponta Delgada, e atendendo a que uma maior incidência da sua atividade empresarial (no que a reuniões de trabalho diversas respeita) se desenvolve neste concelho, a AICOPA, numa lógica de adoção de medidas que visem um constante e diversificado apoio às empresas suas associadas, disponibiliza a título gratuito, uma sala de reuniões para os devidos efeitos.

O espaço disponibilizado está localizado na sede da Associação, sita à Rua Eng.º José Cordeiro, nº 38 – 1º, na freguesia de São Pedro, concelho de Ponta Delgada, sendo que para a sua devida utilização, deverão as empresas associadas requerer a sala junto dos serviços da AICOPA, através do contato telefónico 296284733, com a

antecedência mínima de 24 horas, a fim de garantir a disponibilidade do espaço. ■



**Aproveite  
as nossas promoções!**